



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Ata da 14ª. Reunião do Comitê Gestor do Fundo Verde-Amarelo

Data: 15/12/2004

Local: Financiadora de Estudos e Projetos - Sala de Reunião do Conselho - 13º. andar - Rio de Janeiro/RJ

Participantes:

Membros presentes:

Luís Manuel Rebelo Fernandes (Presidente) - MCT

Carlos Henrique Brito Cruz (Titular) - Representante da Comunidade Científica - UNICAMP

Mário Bernardini (Titular) - Representante do Setor Empresarial (FIESP)

Maurício Serrão Piccinini (Titular) - Representante do BNDES

Rodrigo Costa da Rocha Loures (Titular) - Representante do Setor Empresarial - FIEPR

Sérgio Machado Rezende (Titular) - Representante da FINEP

José Roberto Drugowich de Felício (Suplente) - Substituto do Representante do CNPq

Convidados presentes:

Marco Antônio dos Reis Guarita - CNI

Maria Sylvia Derenusson - Academia Brasileira de Ciências

Paulo Alvim - Substituto do representante do SEBRAE

Aldo Pinheiro da Fonseca (Assessor Técnico) - MCT

Renato da Matta (Assessor Técnico) - FINEP

Elianne Prescott (Secretário Técnico) - MCT

Ausências:

Ausências justificadas:

Alessandro Golombiewski Teixeira (Titular) - Representante do MDIC

Fernando Cosme Rizzo Assunção (Titular) - Representante da Comunidade Científica - PUC-RJ

1. O Sr. Luis Manuel Rebelo Fernandes, Presidente do Comitê Gestor, iniciou a reunião dando boas vindas aos presentes e relatou as justificativas apresentadas pelos membros titulares ausentes.

2. Em seguida, esclareceu as finalidades da reunião (Pauta anexa) que contempla o planejamento de ações para o exercício de 2005. Sugeriu inverter a pauta de modo a iniciar a reunião a partir do item 'Outros Assuntos', o que foi aprovado pelo Comitê. Desta forma, a reunião tratou, inicialmente, da situação das operações autorizadas pelo Comitê gestor do FVA em 2004.

2.1. Apresentação da FINEP

- Tendo por base o 'Relatório de Desempenho das Chamadas e demais operações realizadas pela agência em 2004', distribuído na reunião e que complementa e atualiza as informações apresentadas na última reunião (13ª. Reunião Ordinária) do Comitê Gestor do Fundo Verde-Amarelo, o Sr. Sérgio Resende destacou o grande número de operações desencadeadas na agência para cumprir as demandas dos diversos fundos, inclusive do Fundo Verde-Amarelo, notadamente as referentes às ações transversais. Ressaltou a

eficiência e eficácia do processo colocado em prática para dar cabo à execução de todas as etapas envolvidas no processo de análise, seleção e contratação de projetos. Registrou, por outro lado, que a contratação das encomendas seguiu um processo mais lento, tendo exigido o estabelecimento de um prazo limite, que se encerra nesta data (15/12), para assinatura e envio dos convênios à agência, de maneira a viabilizar a contratação dos projetos e efetivo desembolso de recursos ainda neste exercício. Destacou, também, o esforço empreendido para empenhar o orçamento de 2004 dos fundos setoriais nos últimos meses, o que permitiu alcançar, em dezembro, a marca de 91%, sendo que este percentual chega a 97% no caso do CT-FVA. Registrou, por outro lado, que a execução financeira depende sobremaneira da contratação efetiva dos projetos em tempo hábil, de forma a garantir o desembolso de recursos aos beneficiários ainda em dezembro de 2004. Com relação ao processo de contratação e de desembolso, informou que a Finep está trabalhando intensamente para agilizá-los e, assim, viabilizar a contratação de todos os projetos selecionados ainda em 2004. Especificamente sobre os projetos a serem contratados na modalidade 'Encomenda', o Sr. Sérgio Resende informou que alguns ainda não puderam ser contratados em função de atraso no envio das propostas à área técnica da agência. Informou que no dia 1º de dezembro houve um esforço concentrado para contratar ('firmar contrato') cerca de 350 propostas. Também, informou que outro esforço está em curso para contratar, aproximadamente, 150 projetos cujos prazos para entrega do convênio assinado à agência encerram-se em 15 de dezembro de 2004. Com relação à contratação de projetos que envolvem parceria com empresas, a Finep informou que, em muitos casos, esse processo torna-se mais difícil, principalmente quando envolve contrapartida de empresas de grande porte.

- Para evitar que problemas desta natureza prejudiquem o andamento das operações e impeçam a aplicação de recursos no exercício, o Presidente do CT-FVA recomendou que as agências verifiquem a possibilidade de antecipar a liberação de parcelas de projetos já contratados, caso se mostre inviável liberar os recursos dos projetos em fase de contratação ainda em 2004. Para os próximos exercícios, recomendou que as encomendas incluam um cronograma com prazos rigorosos para elaboração e encaminhamento dos projetos às agências.
- Neste sentido, o Sr. Paulo Alvim informou que o Sebrae concede um prazo de 60 dias para que sejam satisfeitas as exigências para contratação; caso contrário, a operação é cancelada.
- Sobre essa questão e tendo em vista a melhoria de desempenho do processo de seleção e contratação de projetos, o Sr. Luis Fernandes destacou a importância de se estabelecer, para o próximo ano, prazos mais rigorosos, os quais deverão ser respeitados tanto pelos beneficiários como pelas agências. Destacou, ainda, que estas e outras questões relacionadas à melhoria do processo de operacionalização dos fundos setoriais serão apreciadas em seminário marcado para 19 de janeiro de 2005, quando se espera recolher sugestões que possibilitem aprimorá-lo, inclusive o de gestão.

2.2. Apresentação do CNPq:

- 2ª fase do edital Nanotecnologia e Materiais Avançados: foram aprovados 20 projetos, distribuídos majoritariamente nas regiões Sul e Sudeste
- Edital RHAE Inovação: o Sr. José Roberto Drugowich informou que a área técnica do CNPq verificou que o valor total dos projetos recomendados pelo Comitê Técnico para financiamento não atingiu o montante de recursos disponíveis para o Edital e que também não foi cumprida a exigência de destinar, no mínimo, 30% dos recursos a entidades sediadas nas regiões N, NE e CO. Assim, por determinação da Diretoria Executiva do CNPq, a área técnica re-analisou as propostas submetidas e selecionou, com base nas finalidades do Fundo Verde-Amarelo, um lote de 25 projetos que poderiam ser financiados com os recursos remanescentes, tendo em vista o conteúdo de inovação dos mesmos. Em decorrência dessa decisão, o volume de recursos a ser aplicado atingiu o montante de R\$

14 milhões, passando a atender também a exigência legal de aplicar no mínimo 30% nas regiões citadas.

- Edital Oleaginosas: foram selecionadas 19 propostas que se encontram em fase de contratação
- Edital TIB: foram aprovadas 12 propostas (sendo 30% distribuídos entre as regiões Norte, Nordeste e Centro-oeste) que se encontram em fase de contratação.
- Tendo em vista o fato de que a decisão adotada pelo CNPq de rever as recomendações do comitê assessor que julgou a demanda apresentada ao Edital RHAE requer a anuência dos comitês gestores dos fundos setoriais que aportaram recursos ao referido Edital, o Sr. Luis Fernandes submeteu-a ao CT-FVA, tendo sido aprovada por unanimidade. Nesta oportunidade, o Sr. Luis Fernandes destacou a importância das agências estabelecerem critérios rigorosos para seleção e composição dos comitês assessores de modo a reduzir, ao máximo, eventuais conflitos de interesse, bem como de definição de critérios apropriados para orientar o processo de seleção e julgamento de propostas.

3. Com base na exposição das agências, o Sr. Paulo Alvim destacou a necessidade de se adequar os instrumentos de coleta de dados às especificidades dos editais lançados pelas agências, citando, como exemplo, a necessidade de ajustes no currículo Lattes de forma a atender ao perfil das pequenas empresas. Também, o Sr. Mário Bernardini sugeriu que sejam adotados instrumentos, como o 'Simples Tecnológico', modelo sugerido por ele na última reunião do CT-FVA, para viabilizar a obtenção de financiamento pela pequena empresa de base tecnológica. O Sr. Luis Fernandes lembrou a possibilidade de se adotar, como sistemática, o lançamento de editais com várias rodadas de submissão e de seleção de propostas - tipo fluxo contínuo - e ressaltou a importância da adequação dos atuais instrumentos no sentido de aprimorar o processo de apresentação e seleção de propostas submetidas para financiadas no âmbito dos fundos setoriais.

4. Em continuidade à pauta, o Sr. Luiz Fernandes apresentou dados constantes do Projeto de Lei Orçamentária, em tramitação no Congresso Nacional, que prevê um orçamento da ordem de R\$ 200 milhões (duzentos milhões de reais) para o Fundo Verde-Amarelo em 2005. Conforme solicitado na reunião anterior, este quadro foi detalhado por projeto/atividade possibilitando identificar o volume aportado às linhas de crédito operadas com recursos do FVA (quadro abaixo):

Recursos Financeiros dos Fundos Setoriais - PLO 2005

Projeto/Atividade	Valor (em R\$)
Fortalecimento de Competências Técnico-científicas:	22.000.000,00
Fomento à Pesquisa	113.841.569,00
Equalização, Taxa Juros e Financiamento	40.900.000,00
Estímulo à Empresa de Base Tecnológica	17.588.000,00
Subvenção Econômica (PDTI/PDTA):	3.670.000,00
Incentivo/Garantia de Liquidez:	2.000.000,00
Total	199.999.569,00

5. Por solicitação do Presidente do CT-FVA, o Sr. Sérgio Resende apresentou as seguintes informações acerca das expectativas para 2005 no que concerne às linhas de crédito:

- Equalização: a demanda potencial é grande
- Programa Juro Zero: no âmbito deste programa, que visa conceder crédito à pequena empresa inovadora que não têm garantias reais, está previsto para o dia 13 de dezembro o julgamento e seleção de projetos. Nesta fase, a comissão do programa elegeu 5 parceiros para fomentar projetos localizados em 5 cidades (Curitiba, Florianópolis, Rio de Janeiro, Salvador e Recife) que envolvem fundos de aval constituídos, além de capacidade de avaliação (seleção local).
- Participação Societária: a previsão para 2005 é semelhante a de 2004.

- Sugeriu, para atender às exigências da Lei de Inovação, que parcela dos recursos vinculados ao projeto orçamentário 'Fomento à Pesquisa' seja destinada à subvenção econômica. Defendeu que a mesma seja destinada particularmente para a pequena empresa, proposta esta que estaria na mesma direção do programa PAPPE.

6. Sobre o assunto, o Sr. Rodrigo Loures destacou a importância da retomada de mecanismos de apoio à média empresa, uma vez considerar que estes merecem uma maior avaliação. Também, fez questão de parabenizar a Finep pela iniciativa do Programa Juro Zero como um instrumento importante, capaz de engajar o produtor no processo de inovação, e ressaltou a necessidade de se dar ênfase a ações que visem agilizar e instrumentalizar a Lei de inovação, como os relacionados a aspectos tributários.

O Sr. Mário Bernardini registrou críticas ao nome adotado para o programa Juro zero, sugerindo mudá-lo para 'Custo Zero'. Sobre este assunto, o Sr. Sérgio Resende esclareceu que o nome já está consagrado e aproveitou a oportunidade para esclarecer as diferenças existentes entre o programa Juro Zero e a linha equalização, no tocante ao percentual de desconto da TJLP (de 6% no Juro zero e de até 10% na equalização).

O Sr. Maurício Piccinini apresentou sua preocupação quanto à necessidade de definição e implantação de projetos estratégicos estruturantes voltados para atender não só a pequena empresa, mas também a média e grande empresas.

O Sr. Paulo Alvim registrou a importância de se recuperar o nome original do programa PAPPE que estaria voltado para as micro e pequenas empresas. Ainda, enfatizou a importância de se esclarecer, por meio de veículos de comunicação apropriados, que o programa Juro Zero destina-se a um conjunto específico de empresas e não a toda e qualquer empresa.

Sobre esse assunto, o Sr. Luis Fernandes sugeriu que o mesmo venha a ser discutido em reunião específica do Comitê Gestor, sugerindo, inclusive, que sejam discutidas e definidas estratégias e ações que possibilitem direcionar e operar os recursos do FVA com foco nas empresas de base tecnológica.

7. Visando atender solicitação do Sr. Marco Antonio Guarita, expressa na última reunião do CT-FVA (13ª. reunião), o Sr. Luis Fernandes, tendo por base o PLO 2005, informou que o orçamento do CT-FVA está vinculado às seguintes *fontes de receita*: Fonte 100 - Recursos Ordinários do Tesouro Nacional; Fonte 172 - Outras Contribuições Econômicas e Fonte 985 - Dev. Rec. Comp. Financeira Petróleo e Gás Natural.

8. Em continuidade à pauta, o Sr. Luis Fernandes submeteu à apreciação do Comitê Gestor do CT-FVA o conjunto de ações e programas transversais proposto pelo Comitê de Coordenação dos Fundos Setoriais, esclarecendo que este considera a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior/PITCE e as macro ações transversais, que compõem a Estratégia Nacional de Ciência e Tecnologia, como princípios norteadores. Como parte integrante da proposta, destacou a solicitação de que seja autorizado um aporte mínimo de 50% dos recursos disponíveis para 2005 do Fundo Verde-Amarelo para viabilizá-la. O Sr. Luis Fernandes propôs a seguinte estratégia metodológica para agilizar os trabalhos do Comitê: i) analisar e identificar as ações transversais propostas pelo MCT que guardam compatibilidade/aderência às finalidades do FVA e ii) estabelecer uma escala de prioridades para aporte de recursos do FVA.

Antes de analisar especificamente as ações transversais propostas, os membros do CT-FVA registraram o que se segue:

8.1. Sr. Rodrigo Loures: distribuiu cópia de dois documentos, sendo um de natureza técnica, elaborado pela CNI, e outro, de sua autoria e que apresenta uma série de sugestões e recomendações relacionadas à introdução de mudanças e aperfeiçoamentos aos processo de operação dos fundos setoriais: i) adoção de editais em regime de fluxo contínuo; a criação de uma linha de atuação voltada para garantir a participação das pequenas empresas que inclua a simplificação dos procedimentos burocráticos; ii) adoção de instrumentos que priorizem o apoio à inovação nas empresas, ampliando o volume de recursos destinados ao edital Cooperação ICT's/ Empresa e à tecnologia industrial básica/TIB; iii) adequação dos prazos de vigência dos editais de maneira a garantir sua ampla divulgação e tempo adequado à elaboração e submissão de

propostas; iv) estabelecimento de critérios de seleção e de composição dos comitês de avaliação transparentes; v) divulgação das justificativas de indeferimento de pleitos submetidos à financiamento; e vi) destinação de parcela de recursos para viabilizar a avaliação de projetos financiados, bem como estabelecimento de metodologia específica de avaliação de projetos.

8.2. Mário Bernardini: concordando com o documento elaborado pelo Sr. Loures, defendeu que deverá ser dada prioridade a ações voltadas para estimular a inovação, principalmente de pequenas e médias empresas, mantendo o conceito de ações estruturantes como pano de fundo.

8.3. Sr. Brito Cruz: defendeu a necessidade do CT-FVA retomar suas atividades no que concerne a discussões e definições de natureza conceitual, sugerindo se estabelecer um cronograma de reuniões ordinárias a cada 2 meses, bem como um calendário de reuniões com datas pré-definidas. Citando a Lei nº 10.168 de 2000, enfatizou que entre as atribuições do CT-FVA destaca-se a elaboração do Plano Anual de Investimentos. Também solicitou que sejam atendidas as exigências da legislação, conforme expresso no Art. 20 do Decreto 4.195/2002, que prevê que a Secretaria da Receita Federal, nos prazos estabelecidos para a elaboração da proposta orçamentária, para dar cumprimento ao que estabelece o art. 5º da Lei nº 10.332/2001, informará aos Ministérios da Ciência e Tecnologia e do Planejamento, Orçamento e Gestão, a receita estimada da arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI incidente sobre os bens e produtos beneficiados com os incentivos fiscais previstos na Lei nº 10.176, de 11 de janeiro de 2001. Por último, registrou que o Comitê deverá instituir mecanismos de prestação de contas não só do ponto de vista contábil, mas também de resultados, propondo para isso a adoção de mecanismos de avaliação, também previstos entre as suas atribuições, como acompanhar a implementação das ações e avaliar anualmente os resultados alcançados.

8.4. Sr. Paulo Alvim: Destacou o papel dinamizador do CT-FVA para estimular o processo de inovação nas empresas, bem como a importância de se adotar como eixo o estímulo à parceria. A título de exemplo, citou a decisão do Fórum dos Secretários Estaduais de C&T que solicitou que o Programa Nacional de Incubadoras seja 'estadualizado', prevendo que cerca de 30% seja executado em parceria com os estados.

8.5. Sr. Luis Fernandes: registrou que uma baixa parceria ICT's/empresa, a ausência de instrumentos adequados e aspectos ligados à questão tributária tornam-se os principais obstáculos à inovação nas empresas. Assim, ressaltou a importância do FVA promover a interação de ICT's públicas com as empresas; de se apoiar a empresa de base tecnológica e a infra-estrutura de inovação, mesmo que indiretamente, como os componentes necessários para alavancar a inovação. Concluindo, sugeriu a retomada destas questões na próxima reunião do Comitê e comprometeu-se em levar as recomendações sugestões do Comitê para serem debatidas no seminário de avaliação programado para janeiro de 2005.

8.6. Sr. Guarita destacou a necessidade de se aperfeiçoar o processo de planejamento de ações do FVA, bem como os procedimentos de decisão, entre outros aspectos.

9. Em continuidade aos trabalhos, o Comitê Gestor do CT - Verde-Amarelo, por unanimidade, aprovou a proposta do Comitê de Coordenação dos Fundos Setoriais/CCF e para tanto, autorizou o aporte de 80% do orçamento disponível para 2005 do Fundo Verde - Amarelo para apoio aos seguintes programas transversais propostos pelo MCT¹, desde que respeitadas as ressalvas abaixo especificadas:

- *Ampliação dos recursos para o Edital Universal do CNPq nas áreas específicas dos Fundos Setoriais:* o FVA autorizou a alocação de recursos do FVA a projetos que envolvam parceria Universidade-Empresa. O CNPq deverá encaminhar relação de projetos com esta característica para submeter sua seleção ao Comitê.
- *Formação e Mobilização de Recursos Humanos para as áreas prioritárias da PITCE:* o Comitê Gestor do FVA recomenda: a adoção de instrumento e/ou modalidades de bolsas que viabilizem a fixação de pesquisadores nas empresas e que seja conferido tratamento diferenciado à demanda das empresas, conforme o porte (pequena, média e grande empresas).

¹ A relação completa das ações transversais propostas pelo MCT encontram-se no Anexo 2

- *Programa Nacional de Qualificação e Modernização de ICT's*: o apoio do FVA deverá estar pautado nas diretrizes da PITCE.
- *Apoio a Inovação nas Empresas*: a) *Cooperação ICT's-Empresa*: autorizado aporte de recursos para financiamento à projetos de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e/ou de inovação de empresas brasileiras em parceria com instituições científicas e tecnológicas; b) *Programa de Apoio à Pesquisa em Pequenas Empresas/PAPPE*: autorizado aporte de recursos para projetos de P&D&I, em parceria com as fundações de amparo à pesquisa estaduais, para atender demanda pequenas empresas de base tecnológica sediadas nos Estados e em parques de tecnologia; c) *Programa de Apoio à Pesquisa e Inovação em Arranjos Produtivos Locais/APLs*: autorizado aporte de recursos para fortalecer a infraestrutura local de Arranjos Produtivos Locais/APLs e estimular a interação entre ICT's e empresas de APL's selecionados; d) *Apoio à Rede Brasileira de Tecnologia - RBT*: autorizado aporte de recursos em conformidade com as diretrizes da PITCE.
- *Apoio Dirigido a Setores Prioritários da PITCE*: o CT-FVA recomenda que os setores previstos na proposta original sejam tratados como os demais setores da PITCE. O apoio do Fundo Verde-amarelo se dará a estes setores por meio da ação *Cooperação ICT e Empresas*. Recomendou, ainda, que o Programa Nacional de Nanotecnologia seja ampliado de forma a se caracterizar efetivamente como um programa de âmbito nacional, envolvendo parceria com os estados e empresas. Foi também recomendada a criação de um programa nacional para o setor de Biotecnologia nos mesmos moldes.
- *Inventário Tecnológico Nacional*: autorizado aporte de recursos sem restrições.
- *Programa Nacional de Incubadoras/PNI e Parques Tecnológicos*: autorizado aporte de recursos sem restrições.
- *Apoio à Infra-estrutura, difusão e serviços tecnológicos*: autorizado apoio aos laboratórios de metrologia química e de metrologia de novos materiais do INMETRO e a redes de calibração e de ensaios. O apoio ao Centro de Desenvolvimento Veicular (CETEX) estará voltado especificamente para o financiamento de projetos de P&D que envolvam parceria com empresas. Autorizado apoio às ações em Tecnologia industrial básica/TIB nas áreas de certificação, normalização e propriedade intelectual.
- *Programa Nacional de Atividades Espaciais*: autorizado aporte de recursos sem restrições, respeitadas as finalidades do FVA.
- *Programa de Fontes Alternativas de Energia*: autorizado aporte de recursos sem restrições, respeitadas as finalidades do FVA.
- *C&T na Amazônia*: autorizado aporte de recursos sem restrições, respeitadas as finalidades do FVA.
- *Recursos do Mar*: autorizado aporte de recursos sem restrições, respeitadas as finalidades do FVA.
- *Meteorologia - TI*: autorizado aporte de recursos sem restrições, respeitadas as finalidades do FVA.
- *Programa Sobrevivência - (Semi-Árido, Cerrado, Pantanal)*: autorizado aporte de recursos sem restrições, respeitadas as finalidades do FVA.
- *Tecnologias para o Desenvolvimento Social*: autorizado aporte de recursos sem restrições, respeitadas as finalidades do FVA.

10. O Comitê Gestor delegou autoridade ao seu Presidente, Sr. Luis Fernandes, para distribuir os recursos entre as ações transversais aprovadas, com a orientação de que sejam preservadas as finalidades do Fundo Verde-Amarelo.

O Comitê Gestor autorizou as agências a utilizarem eventual saldo do orçamento 2004 para contratar projetos desde que estes estejam de acordo com as finalidades do Fundo Verde-Amarelo.

11. Ficou definido que na próxima reunião do Comitê Gestor do FVA, prevista para 20 de janeiro de 2005, o Comitê deliberará sobre a aplicação dos 20% restantes do orçamento de 2005 em ações específicas do Fundo.
12. O Comitê aprovou por unanimidade a ata da reunião anterior (13ª Reunião Ordinária do comitê Gestor do Fundo Verde-Amarelo).

Anexo 1

Pauta:

1. Alocação de Recursos para as Ações Transversais 2005
2. Definição de Ações Verticais 2005
3. Outros assuntos

Anexo 2

MACRO AÇÕES TRANSVERSAIS

1. CONSOLIDAÇÃO E EXPANSÃO DO SISTEMA NACIONAL DE C&T&I

1.1. Informação, Computação e Comunicação para Integração e o Desenvolvimento Nacional

Apoiar a integração da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa/RNP, do IBICT e do LNCC para promover a criação de uma infra-estrutura nacional óptica de alta capacidade, que amplie a atual rede com vistas ao atendimento, em maior escala e qualidade, à pesquisa e à inovação, criando condições para integração do sistema nacional de C&T&I e promover o desenvolvimento do País.

1.2. Parcerias com os Estados para apoio a Projetos Estruturantes dos Sistemas Estaduais de C&T&I

1.3. Ampliação dos recursos para o Edital Universal do CNPq nas áreas específicas dos Fundos Setoriais

Alocar recursos adicionais ao edital de fluxo contínuo do CNPq com vistas à viabilizar o financiamento de projetos de pesquisa para as áreas de interesse dos fundos setoriais.

1.4. Apoio ao fortalecimento de Centros e/ou Instituições de C&T&I em fase de Consolidação

1.4.1. Apoio a Parcerias Interinstitucionais para fortalecimento de Centros de C&T&I em fase de consolidação

Apoiar a cooperação científica inter e/ou intra regional entre grupos de pesquisa associados aos programas de pós-graduação stricto sensu não consolidados e os consolidados, visando ampliar a capacidade de excelência no sistema nacional de C&T&I

1.4.2. Apoio à infra-estrutura de Pesquisa das novas Universidades/IFES

Apoiar a consolidação da capacidade de pesquisa nas IFES recém criadas.

2. APOIO À POLÍTICA INDUSTRIAL, TECNOLÓGICA E DE COMÉRCIO EXTERIOR/PITCE

2.1. Formação e Mobilização de Recursos Humanos para as áreas prioritárias da PITCE

Atender a demanda de empresas ou entidades empresariais, constituídas sob as leis brasileiras, interessadas no engajamento de recursos humanos qualificados necessários às suas atividades de P&D&I por meio de financiamento de projetos que tenham o claro objetivo de desenvolvimento tecnológico e de inovação nas áreas prioritizadas na PITCE, quais sejam: semicondutores, software, fármacos e medicamento e bens de capita e as consideradas portadoras de futuro: biomassa, biotecnologia e nanotecnologia, assim como as engenharias relacionadas às áreas acima.

2.2. Programa Nacional de Qualificação e Modernização de ICT's

2.2.1 Modernização dos ICT's.

Apoiar a modernização e o fortalecimento da infra-estrutura organizacional e de gestão, de maneira a adequar a atuação das Instituições de Pesquisa Tecnológica em atendimento às diretrizes da PITCE, no que concerne às estratégias necessárias à organização do Sistema Nacional de Inovação. Compreende a reestruturação dos instituições de pesquisa tecnológica nacionais e estaduais, reorientando suas prioridades e recuperando seus equipamentos e quadros técnicos. O apoio estará condicionado à implantação de um plano de negócios que explicitará, entre outras ações, a articulação com o setor privado e o desenvolvimento de projetos de pesquisa relevantes, comprometidos com reais demandas da sociedade, em termos de geração de patentes e de melhoria da estrutura produtiva do País

2.2.2. Modernização da infra-estrutura de pesquisa dos ICT's do MCT

2.3. Apoio a Inovação nas Empresas

Promover a P&D nas empresas visando intensificar seus processos inovativos e melhoria de competitividade, por meio de projetos cooperativos com instituições científicas e tecnológicas (ICT's) e de financiamento à pesquisadores que atuem diretamente em pequenas empresas.

2.3.1. Cooperação ICT's-Empresa

Prover o apoio financeiro a projetos de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e/ou de inovação de interesse de empresas brasileiras, com vistas a estimular a parceria e integração dessas empresas com Instituições Científicas e Tecnológicas. Exemplos: estimular a aproximação entre o setor empresarial e as Instituições Científicas e Tecnológicas, fortalecendo as diversas cadeias produtivas e os agentes de transferência de tecnologia, com impactos relevantes para o desenvolvimento regional; atender às demandas das áreas prioritárias da Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE): Fármacos e Medicamentos, Bens de Capital, Semicondutores, Software, e áreas portadoras de futuro, como Biotecnologia, Nanotecnologia e Biomassa; apoiar e incentivar a pesquisa e o desenvolvimento ou o aperfeiçoamento de produtos, processos e/ou serviços, que apresentem potencial econômico ou social relevantes para o desenvolvimento sustentável.

2.3.2. Programa de Apoio à Pesquisa em Empresas/PAPPE

Objetiva financiar, em parceria com os estados, atividades de pesquisa e desenvolvimento e inovação empreendidas por pesquisadores em cooperação com empresas de base tecnológica sediadas nos Estados.

2.3.3. Programa de Apoio à Pesquisa e Inovação em Arranjos Produtivos Locais/APLs.

Promover Arranjos Produtivos Locais/APLs por meio do estímulo à interação entre ICT's e empresas, prevendo-se aporte financeiro e disponibilização de instrumentos voltados para P&D e prestação de serviços de assistência e consultorias tecnológicas para as empresas de APL's selecionados.

2.3.4. Apoio à Rede Brasileira de Tecnologia - RBT

Viabilizar a difusão de tecnologias e a extensão tecnológica que, por sua vez, está condicionada à organização de sistemas de inovação e de difusão tecnológica, por intermédio de redes especializadas e a promoção de parcerias entre os institutos de pesquisas e as empresas.

2.4. Apoio Dirigido a Setores Prioritários da PITCE

2.4.1. Software

Definido para apoiar setores dirigidos da PITCE - Novo Prosoft, Programa Nacional de certificação de software, Programa de exportação de software, Programa de geração de negócios em tecnologia de informação e comunicação e Incentivo ao desenvolvimento do software livre - as ações estão dirigidas para suprir as demandas da PME, a automação bancária; engenharia de software, etc, com vistas a vencer o desafio da inserção e competitividade internacional em produtos e serviços. Visa apoiar o desenvolvimento de software e hardware visando suprir as novas tecnologias de informação para inovação em empresas.

Iniciativas possíveis no âmbito das Ações Transversais: Computação em grade ('Grid'), Visualização, Computação paralela ('Cluster') e aplicação de software e Redes convergentes

2.4.2. Programa Nacional de Nanotecnologia

O desenvolvimento da Nanotecnologia no Brasil necessita de uma ampla variedade de capacidades, treinamento e facilidades que são fundamentais para sua maturação e provimento de uma base para o desenvolvimento industrial. Além disso, o diversificado conjunto de tecnologias envolvidas necessita de instrumentação avançada desde o nível dos laboratórios e grandes facilidades nacionais. Desta forma, é necessário implantar infra-estrutura laboratorial no estado-da-arte, para que a pesquisa realizada no Brasil seja competitiva. Para tanto, objetiva-se implantar e ampliar a rede de laboratórios. Esta ação contempla: apoio à implantação do Laboratório Nacional de Tecnologia Industrial (Micro e Nanotecnologia) e apoio a Redes de Nanotecnologia.

2.5. Promoção da Inovação

2.5.1. Inventário Tecnológico Nacional

Compreende o levantamento das competências disponíveis e capacidade de C&T&I instalada para organização de uma Rede de competências que promova a articulação do setor produtivo e das demandas tecnológicas efetivas e potenciais com as ICT's.

Iniciativas possíveis no âmbito das Ações Transversais: Portal da Inovação (CGEE) e Rede de Articulação de Competências para o Desenvolvimento Industrial e Tecnológico (CNI/IEL)

2.5.2. Programa Nacional de Incubadoras/PNI e Parques Tecnológicos

Fomentar o surgimento e a consolidação de incubadoras de empresas de base tecnológica mistas e tradicionais e Parques Tecnológicos caracterizados pela inovação, e conteúdo tecnológico de seus

produtos, processos e serviços, bem como pela utilização de modernos métodos de gestão no âmbito do PNI

2.5.3. Apoio à Infra-estrutura, difusão e serviços tecnológicos

2.5.3.1. No âmbito do Programa Nacional de Revigoração da Rede Brasileira de Metrologia, está prevista a criação do laboratório de metrologia química e a criação do laboratório de metrologia de novos materiais, ambos no INMETRO. Esta ação prevê, também, apoio ao Centro de Desenvolvimento Veicular (CETEX)

2.5.3.2 Tecnologia Industrial Básica - TIB

O conjunto de ações a serem conduzidas em Tecnologia industrial básica/TIB visam dar suporte ao setor produtivo brasileiro por meio de uma infra-estrutura e de serviços tecnológicos especializados, de forma a possibilitar que as empresas nacionais atuem com qualidade adequada nos segmentos de mercado mais competitivos, enfrentando e superando, entre outros desafios, barreiras técnicas ao comércio exterior.

Iniciativas possíveis no âmbito das Ações Transversais: Conformidade, Ensaios e Normalização; Propriedade Intelectual.

3. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS NACIONAIS

3.1. Programa Nacional de Atividades Espaciais

O Programa Espacial é um agente promotor de capacitação em tecnologias portadoras de futuro e de qualificação de empresas nacionais para uma inserção internacional em bases competitivas. Para explorar as potencialidades das atividades espaciais brasileiras, o Programa articula ações de pesquisa, aplicações e desenvolvimento científico e tecnológico, que podem reverter para a sociedade, como benefícios diretos e indiretos, os recursos neles investidos. Os resultados dos programas espaciais, principalmente os de Observação da Terra, atendem necessidades nacionais. Isto decorre da própria natureza das plataformas espaciais, que cobrem superfícies extensas, e são mais adequadas à monitorização de grandes áreas e de fenômenos em grande escala. Assim, monitorização do meio-ambiente, coleta de dados para uso em modelos de previsão de tempo e clima, avaliação de estoques de recursos minerais, realização de mapeamento geológico e cartográficos, entre outros, são exemplos de aplicações.

Iniciativas possíveis no âmbito das Ações Transversais: Formação de Recursos humanos em áreas estratégicas e desenvolvimento de sistemas de controle para satélites e Veículos Lançadores de Satélites (VLS)

3.2. Programa de Fontes Alternativas de Energia

Este Programa destina-se a apoiar ações de pesquisa e desenvolvimento em áreas que garantam a diversidade da matriz energética nacional, tendo em vista os limites e esgotamento das fontes predominantes atuais.

Iniciativas possíveis no âmbito das Ações Transversais: Programa de Célula a Combustível; Programa de Energia do Hidrogênio; Domínio do Ciclo Completo de Produção de Combustível Nuclear; Recursos Humanos Para Áreas Estratégicas.

3.3. C&T na Amazônia

O escopo desta ação transversal é o de organizar, articular e expandir as ações do MCT na Amazônica, com vistas à sua gestão compartilhada com agentes locais para o desenvolvimento econômico e social, bem como integrá-las com outros programas governamentais para a região. Para tanto, deverá: 1) fomentar o processo de formação e fixação de recursos humanos qualificados, visando elevar os indicadores de desenvolvimento científico e tecnológico da região para patamares compatíveis à média nacional; 2. Articular as condições de infra-estrutura de C&T&I para construção de cadeias produtivas, baseadas no conhecimento, que: promovam o desenvolvimento sustentado, valorizem o patrimônio humano e natural em benefício da sociedade regional e nacional; estimulem a geração de riqueza e inclusão social; garantam a preservação da diversidade da região, em todas as suas dimensões; e incorpore, nos setores industriais portadores de futuro, as mais avançadas tecnologias (CBA, CT-PIM).

Iniciativas possíveis no âmbito das Ações Transversais: Oleaginosas para energia; recuperação de Infra-estrutura; Programa de Fronteiras;. Informação, Computação e Comunicação para Integração e o Desenvolvimento Nacional.

3.4. Recursos do Mar

Apoiar pesquisas que visem ao aproveitamento dos bens econômicos existentes na Zona Econômica Exclusiva/ZEE (massa líquida e subsolo marinho) do Brasil. Acrescenta-se à ZEE a extensão da Plataforma

Continental que ultrapassa o limite das 200 milhas marítimas onde o País possui os direitos soberanos, desde que mantenha pesquisa na região. Tal região dá ao País um domínio de 4.451.766 Km² (52% do território nacional). Além disso, a presença de pesquisadores nos rochedos de São Pedro e São Paulo garante a soberania do Brasil das 200 milhas marítimas ao seu redor, acrescentando a nossa Amazônia Azul uma área de 450 mil Km².

Iniciativas possíveis: Construção do Navio Oceanográfico, Programa Arquipélago de São Pedro e São Paulo (PROARQUIPÉLAGO); Programa Nacional de Bóias (PNBOIA).

3.5. Clima e Tempo

3.5.1. Meteorologia - TI

Esta ação insere-se no Programa de Meteorologia, Climatologia e Hidrologia com o propósito de ampliar os benefícios da aplicação da meteorologia, por meio do uso intensivo da tecnologia da informação, em diversos setores, como agricultura e pecuária, energia, recursos hídricos, pesca e aquicultura, transportes aéreos, marítimos e terrestres, saúde pública, poluição urbana e poluição ambiental em geral.

4. C&T PARA INCLUSÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

4.1. Programa Sobrevivência - (Semi-Árido, Cerrado, Pantanal)

Programa integrado de extensionismo tecnológico para água, alimento e ração: Entre as ações destacam-se a adaptação, a difusão e a transferência de tecnologias de produção; a capacitação e o treinamento de profissionais, produtores e trabalhadores ligados às atividades produtivas e o asseguramento da conservação do solo água e da água nas regiões do semi-árido, pantanal e cerrado. Também engloba ações voltadas para a produção de insumos agropecuários e produtos e subprodutos de origem animal e vegetal utilizados na alimentação humana e animal.

4.2. Tecnologias para o Desenvolvimento Social

Fomentar a formação na academia de redes temáticas em áreas de conhecimento afins ao desenvolvimento social; apoiar projetos cooperativos de P&D, e inovação entre as empresas, as redes temáticas e ICT's; apoiar projetos de desenvolvimento local, com a transferência, disponibilização e adoção de tecnologias sociais em comunidades, associações de produtores e cooperativas, com especial atenção para geração de emprego e renda, saúde e educação.

É também finalidade desta ação ampliar o volume de recursos para apoiar iniciativas, através de parcerias estratégicas com ministérios, instituições federais, estaduais e municipais, de forma a gerar e difundir tecnologias voltadas para solução de graves problemas sociais existentes no País. Exemplos: projetos que envolvem reciclagem de lixo, construção de cisternas em regiões secas, saneamento básico (como, estação compacta de baixo custo para tratamento de esgoto doméstico, redução e valorização de resíduos), agricultura familiar, cooperativismo popular, desenvolvimento urbano, habitação de interesse social, alimentação escolar, segurança alimentar e nutricional, educação inclusiva, pessoas portadoras de deficiência, segurança pública, entre outros.